

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 980/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO № 37/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		Altera a <u>Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019</u> , para criar o
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o
	das Comunicações.	Ministério das Comunicações.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida	
	Provisória, com força de lei:	
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019	Art. 1º A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, passa a	Art. 1º A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, passa a
	vigorar com as seguintes alterações:	vigorar com as seguintes alterações:
Art. 19. Os Ministérios são os seguintes:	"Art. 19	"Art. 19
III - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;	III - Ministério da Ciência, Tecnologia <mark>e</mark> Inovações <b>^</b> ;	III - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
	III-A - Ministério das Comunicações;	III-A - Ministério das Comunicações;
	<mark>"Seção IV-A</mark>	"'Seção IV-A
	Do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações'
	Art. 26-A. Constituem áreas de competência do Ministério	'Art. 26-A. Constituem áreas de competência do Ministério
	da Ciência, Tecnologia e Inovações:	da Ciência, Tecnologia e Inovações:
	I - políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e	I - políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e
	de incentivo à inovação;	de incentivo à inovação;
	II - planejamento, coordenação, supervisão e controle das	II - planejamento, coordenação, supervisão e controle das
	atividades de ciência, tecnologia e inovação;	atividades de ciência, tecnologia e inovação;
	III - política de desenvolvimento de informática e	III - política de desenvolvimento de informática e
	automação;	automação;
	IV - política nacional de biossegurança;	IV - política nacional de biossegurança;
	V - política espacial;	V - política espacial;
	VI - política nuclear;	VI - política nuclear;
	VII - controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e	VII - controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e

Texto alterado 🔲 Texto revogado 🔼 Texto excluído 🔥 Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 22/09/2020 11:25)

VIII - articulação com os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedada e com órgãos do Governo federal com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação." (NR)  "Art. 26-B. Integram a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; II - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; III - o Conselho Nacional de Ciência e Automação; III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal; V - o Instituto Nacional de Aguas; V - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VI - o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Nacional de Pesquisas estrateágicas do Nordeste; XIII - o Centro de Tecnologia; XIII - o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste; XIII - O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste;
Governo federal com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação." (NR)  "Art. 26-B. Integram a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações:  I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia,  II - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal;  IV - o Instituto Nacional de Águas;  V - o Instituto Nacional de Aguas;  VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Racional de Pesquisas da Amazônia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação." (NR)  "Art. 26-B. Integram a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações:  I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;  II - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;  II - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal;  IV - o Instituto Nacional de Aguas;  V - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Basaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas de Informação em Ciência e Tecnologia;  X - o Instituto Basileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
"Art. 26-B. Integram a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações:  I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;  II - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal;  IV - o Instituto Nacional de Águas;  V - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  Tecnologia;  YA - O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Ciência, Tecnologia e Inovações:  I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;  II - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Informática e Automação;  III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal;  IV - o Instituto Nacional de Águas;  V - o Instituto Nacional de Mata Atlântica;  V - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; II - o Conselho Nacional de Informática e Automação; III - o Conselho Nacional de Informática e Automação; III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal; IV - o Instituto Nacional de Águas; IV - o Instituto Nacional de Águas; IV - o Instituto Nacional de Mata Atlântica; IV - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; IVI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; IVI - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IVI - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Camazônia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; IX - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
III - o Conselho Nacional de Informática e Automação; III - o Conselho Nacional de Informática e Automação; IIII - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal; IV - o Instituto Nacional de Águas; IV - o Instituto Nacional de Águas; V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica; VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Nacional de Tecnologia; IX - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal; III - o Conselho Nacional de Éxperimentação Animal; IV - o Instituto Nacional de Águas; V - o Instituto Nacional de Pesquisa (V - o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal; VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
III - o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal;  IV - o Instituto Nacional de Águas; IV - o Instituto Nacional de Águas; IV - o Instituto Nacional de Águas; V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica; VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VIII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Tecnologia; Tecnologia;  III - o Conselho Nacional de Experimentação Animal; IV - o Instituto Nacional de Águas; V - o Instituto Nacional de Pesquisa da Mata Atlântica; V - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Animal;  IV - o Instituto Nacional de Águas;  V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica;  VI - o Instituto Nacional da Mata Atlântica;  VI - o Instituto Nacional da Pesquisa do Pantanal;  VII - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;  VIII - o Instituto Nacional do Semiárido;  VIII - o Instituto Nacional do Pesquisas Espaciais;  VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
IV - o Instituto Nacional de Águas; V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica; VI - o Instituto Nacional da Mata Atlântica; VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Tecnologia; Tecnologia;
V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica; VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VIII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Tecnologia; Tecnologia;
VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal; VII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Tecnologia;  VII - o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal; VII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
VII - o Instituto Nacional do Semiárido; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Tecnologia; VII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia; XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  Tecnologia;  VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  IX - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  X - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;  Tecnologia;
X - o Instituto Nacional de Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  Tecnologia; X - o Instituto Nacional de Tecnologia;  XI - o Instituto Nacional de Tecnologia;  Tecnologia;
XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Tecnologia; Tecnologia;
VII. o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste: VII. o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste:
XIII - o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; XIII - o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer;
XIV - o Centro de Tecnologia Mineral; XIV - o Centro de Tecnologia Mineral;
XV - o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; XV - o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;
XVI - o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de XVI - o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de
Desastres Naturais; Desastres Naturais;
XVII - o Laboratório Nacional de Computação Científica; XVII - o Laboratório Nacional de Computação Científica;
XVIII - o Laboratório Nacional de Astrofísica; XVIII - o Laboratório Nacional de Astrofísica;
XIX - o Museu Paraense Emílio Goeldi; XIX - o Museu Paraense Emílio Goeldi;
XX - o Museu de Astronomia e Ciências Afins; XX - o Museu de Astronomia e Ciências Afins;
XXI - o Observatório Nacional; XXI - o Observatório Nacional;
XXII - a Comissão de Coordenação das Atividades de XXII - a Comissão de Coordenação das Atividades de
Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; Meteorologia, Climatologia e Hidrologia;
XXIII - a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e XXIII - a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e
XXIV - até quatro secretarias." (NR) XXIV - até 4 (quatro) secretarias."

Texto alterado Texto revogado Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

	<mark>"Seção IV-B</mark>	"'Seção IV-B
	Do Ministério das Comunicações	Do Ministério das Comunicações'
	Art. 26-C. Constituem áreas de competência do Ministério	'Art. 26-C. Constituem áreas de competência do Ministério
	das Comunicações:	das Comunicações:
	I - política nacional de telecomunicações;	I - política nacional de telecomunicações;
	II - política nacional de radiodifusão;	II - política nacional de radiodifusão;
	III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;	III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
	IV - política de comunicação e divulgação do Governo	IV - política de comunicação e divulgação do govemo
	<mark>federal;</mark>	federal;
	V - relacionamento do Governo federal com a imprensa	V - relacionamento do <mark>governo</mark> federal com a imprensa
	regional, nacional e internacional;	regional, nacional e internacional;
	VI - convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;	VI - convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
	VII - pesquisa de opinião pública; e	VII - pesquisa de opinião pública; e
	VIII - sistema brasileiro de televisão pública." (NR)	VIII - sistema brasileiro de televisão pública.'
	"Art. 26-D. Integram a estrutura básica do Ministério das	'Art. 26-D. Integram a estrutura básica do Ministério das
	Comunicações até quatro secretarias." (NR)	Comunicações <mark>^:</mark>
		I – a Secretaria Especial de Comunicação Social, com até 2
		(duas) secretarias; e
		II – até 2 (duas) secretarias.'"
Art. 60. É aplicável o disposto no art. 2º da Lei nº 9.007,	"Art. 60	"Art. 60
<u>de 17 de março de 1995</u> , aos servidores, aos militares e		
aos empregados requisitados para:		
		II-A - a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de
		Investimentos do Ministério da Economia;
	II-C - o Ministério das Comunicações, até 31 de dezembro	
	<mark>de 2021;</mark>	<mark>2023</mark> ;
		§ 1º-A Os servidores, os militares e os empregados
		designados para o exercício de Gratificações de
		Representação da Presidência da República no âmbito da
		Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de
		Governo da Presidência da República até 10 de junho de
		2020 poderão percebê-las enquanto permanecerem em

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

		exercício na Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações.
		,
§ 2º As Gratificações de Representação da Presidência		§ 2º As Gratificações de Representação da Presidência da
da República e as Gratificações de Exercício em Cargo		República e as Gratificações de Exercício em Cargo de
de Confiança destinadas aos órgãos da Presidência da		Confiança destinadas aos órgãos da Presidência da
República de que trata o § 1º deste artigo retornarão		República de que <mark>tratam os §</mark> § 1º <mark>e 1º-A</mark> deste artigo
automaticamente à Presidência da República quando		retornarão automaticamente à Presidência da República
ocorrer o fim do exercício dos servidores, dos militares		quando ocorrer o fim do exercício dos servidores, dos
e dos empregados para elas designados.		militares e dos empregados para elas designados."(NR)
	Art. 2º Ficam extintos:	Art. 2º Fica extinto^ o Ministério da Ciência, Tecnologia,
		Inovações e Comunicações.
	I - o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e	
	Comunicações; e	
	II - a Secretaria Especial de Comunicação Social da	۸
	Secretaria de Governo da Presidência da República.	
	Art. 3º Ficam criados o Ministério da Ciência, Tecnologia e	Art. 3º Ficam criados o Ministério da Ciência, Tecnologia e
	Inovações e o Ministério das Comunicações.	Inovações e o Ministério das Comunicações.
	Art. 4º Ficam transformados, sem aumento de despesa:	Art. 4º Ficam transformados, sem aumento de despesa:
	I - o cargo de Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,	I - o cargo de Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
	Inovações e Comunicações no cargo de Ministro de Estado	Inovações e Comunicações no cargo de Ministro de Estado
	da Ciência, Tecnologia e Inovações;	da Ciência, Tecnologia e Inovações;
	II - o cargo de natureza especial de Secretário-Executivo do	II - o cargo de natureza especial de Secretário-Executivo do
	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
	Comunicações no cargo de natureza especial de Secretário-	Comunicações no cargo de natureza especial de Secretário-
	Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;	Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
	III - dois cargos de nível 4 e três cargos de nível 2 do Grupo-	III – <mark>2 (</mark> dois <mark>)</mark> cargos de nível 4 e <mark>3 (</mark> três <mark>)</mark> cargos de nível 2 do
	Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados à	Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS
	Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de	alocados à Secretaria Especial de Comunicação Social da
	Governo da Presidência da República no cargo de Ministro	Secretaria de Governo da Presidência da República no
	de Estado das Comunicações; e	cargo de Ministro de Estado das Comunicações; ^
	IV - o cargo de natureza especial de Secretário Especial da	IV - o cargo de natureza especial de Secretário Especial da
	Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de	Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de
	Governo da Presidência da República no cargo de natureza	Governo da Presidência da República no cargo de natureza
	especial de Secretário-Executivo do Ministério das	especial de Secretário <mark>Especial da Secretaria Especial de</mark>
	Comunicações.	Comunicação Social do Ministério das Comunicações; e

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

	V - 41 (quarenta e uma) Funções Gratificadas - FG-01 e 104
	(cento e quatro) Funções Gratificadas - FG-03 do Ministério
	da Economia em:
	a) 1 (um) cargo de natureza especial de Secretário-
	Executivo do Ministério das Comunicações;
	b) 1 (um) cargo do Grupo-Direção e Assessoramento
	Superior – DAS-6; e
	c) 2 (dois) cargos do Grupo-Direção e Assessoramento
	Superior - DAS-4.
Art. 5º As estruturas regimentais da Secretaria de Governo	Art. 5º As estruturas regimentais da Secretaria de Govemo
da Presidência da República e do Ministério da Ciência,	da Presidência da República e do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações continuarão	Tecnologia, Inovações e Comunicações continuarão
vigentes e aplicáveis até a sua revogação expressa.	vigentes e aplicáveis até a sua revogação expressa.
·	§ 1º O apoio administrativo prestado às unidades do
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e	extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Comunicações e da ^ Secretaria Especial de Comunicação
•	Social da Secretaria de Governo da Presidência da
·	República continuará sendo prestado na forma prevista nas
forma prevista nas estruturas regimentais em vigor.	estruturas regimentais em vigor.
	§ 2º O apoio jurídico prestado às unidades da ^ Secretaria
Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de	
Governo da Presidência da República continuará sendo	·
	pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral
Secretaria-Geral da Presidência da República até previsão	·
em contrário em ato do Poder Executivo.	ato do Poder Executivo.
, ,	§ 3º O apoio jurídico ao Ministério das Comunicações será
•	prestado pela Consultoria Jurídica do extinto Ministério da
	Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações até
em contrário em ato do Poder Executivo.	previsão em contrário em ato do Poder Executivo.
•	<b>Art. 6º</b> Na data de entrada em vigor <mark>da</mark> <u>Medida Provisória</u>
Provisória:	<u>nº 980, de 10 de junho de 2020</u> :
•	I - ficam automaticamente exonerados os ocupantes dos
$cargos\ extintos\ e\ efetuadas\ as\ transformações\ de\ cargos\ de$	
que trata o art. 4º;	que <mark>tratam os incisos I, II, III e IV do caput do</mark> art. 4º <mark>desta</mark>
	<mark>Lei</mark> ;

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

II - ficam subordinadas ao Ministro de Estado das	II - ficam subordinadas ao Ministro de Estado das
Comunicações:	Comunicações:
•	a) a Secretaria Especial de Comunicação Social da
Presidência da República;	Presidência da República;
b) a Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência,	• •
Tecnologia, Inovações e Comunicações; e	Tecnologia, Inovações e Comunicações; e
c) a Secretaria de Telecomunicações do Ministério da	c) a Secretaria de Telecomunicações do Ministério da
Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e	Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e
III - ficam subordinadas ao Ministro de Estado da Ciência,	III - ficam subordinadas ao Ministro de Estado da Ciência,
Tecnologia e Inovações as unidades administrativas do	Tecnologia e Inovações as unidades administrativas do
extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e	extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações, exceto aquelas mencionadas nas alíneas "b"	Comunicações, exceto aquelas referidas nas alíneas ^b^ e
e "c" do inciso II do caput.	^c^ do inciso II do caput <mark>deste artigo</mark> .
	Art. 7º Na data de entrada em vigor desta Lei, ficam
	automaticamente exonerados os ocupantes dos cargos
	extintos e efetuadas as transformações de funções de que
	trata o inciso V do caput do art. 4º desta Lei.
Art. 7º Os servidores, os empregados e os militares em	Art. 8º Os servidores, os empregados e os militares em
atividade nos órgãos extintos, transformados ou	atividade nos órgãos extintos, transformados ou
incorporados por esta Medida Provisória ficam transferidos	incorporados por esta <mark>Lei</mark> ficam transferidos para os órgãos
para os órgãos que absorverem as suas competências e	que absorverem as suas competências e unidades
unidades administrativas.	administrativas.
§ 1º A transferência de pessoal a que se refere o caput não	§ 1º A transferência de pessoal a que se refere o caput
implicará alteração remuneratória e não poderá ser	deste artigo não implicará alteração remuneratória e não
obstada a pretexto de limitação de exercício em outro órgão	poderá ser obstada a pretexto de limitação de exercício em
ou entidade por força de lei especial.	outro órgão ou entidade por força de lei especial.
§ 2º Não haverá novo ato de cessão, requisição ou	§ 2º Não haverá novo ato de cessão, requisição ou
movimentação de pessoal em razão das alterações	movimentação de pessoal em razão das alterações
realizadas por esta Medida Provisória.	realizadas por esta <mark>Lei</mark> .
§ 3º O disposto neste artigo aplica-se a:	§ 3º O disposto neste artigo aplica-se a:
I - servidores efetivos lotados no órgão ou na entidade;	I - servidores efetivos lotados no órgão ou na entidade;
II - servidores efetivos cedidos, requisitados,	II - servidores efetivos cedidos, requisitados,
movimentados, em exercício temporário ou em exercício	movimentados, em exercício temporário ou em exercício
descentralizado;	descentralizado;
III - pessoal temporário;	III - pessoal temporário;

	IV - empregados públicos; e	IV - empregados públicos; e
	V - militares colocados à disposição ou cedidos para a União.	V - militares colocados à disposição ou cedidos para a
		União.
	§ 4º A gestão da folha de pagamento de pessoal, inclusive	§ 4º A gestão da folha de pagamento de pessoal, inclusive
	de inativos e de pensionistas, permanecerá com a unidade	de inativos e de pensionistas, permanecerá com a unidade
	administrativa responsável até que haja disposição em	administrativa responsável até que haja disposição em
	contrário.	contrário.
		Art. 9º Os servidores requisitados com fundamento na Lei
		nº 9.007, de 17 de março de 1995, para ter exercício na
		Secretaria Especial do Programa de Parcerias de
		Investimentos quando essa ainda integrava a estrutura da
		Presidência da República poderão permanecer nesta
		condição após a transferência do órgão para o Ministério
		da Economia, assegurados a eles todos os direitos e
		vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem
		e a contagem do período de requisição como de efetivo
		exercício no cargo ou emprego que ocupem no órgão ou
		entidade de origem para todos os efeitos da vida funcional.
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019	Art. 8º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº	Art. 10. Ficam revogados os seguintes dispositivos da <u>Lei nº</u>
	<u>13.844, de 2019:</u>	<u>13.844, de 18 de junho de 2019</u> :
Art. 5º À Secretaria de Governo da Presidência da	I – do caput do art. 5º:	I - do caput do art. 5º:
República compete:		
I - assistir diretamente o Presidente da República no	a) a alínea "e" do inciso I; e	a) a alínea <b>^e^</b> do inciso I; e
desempenho de suas atribuições, especialmente:		
e) na comunicação com a sociedade e no		
relacionamento com a imprensa regional, nacional e		
internacional;		
IV - formular e implementar a política de comunicação	b) os incisos IV ao X;	b) os incisos IV ao X;
e de divulgação social do governo federal;		
V - organizar e desenvolver sistemas de informação e		
pesquisa de opinião pública;		
VI - coordenar a comunicação interministerial e as		
ações de informação e de difusão das políticas de		
governo;		

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

VII - coordenar, normatizar, supervisionar e realizar o		
controle da publicidade e dos patrocínios dos órgãos e		
das entidades da administração pública federal, direta		
e indireta, e de sociedades sob o controle da União;		
VIII - convocar as redes obrigatórias de rádio e de		
televisão;		
IX - coordenar a implementação e a consolidação do		
sistema brasileiro de televisão pública;		
X - coordenar o credenciamento de profissionais de		
imprensa e o acesso e o fluxo a locais onde ocorram		
atividades das quais o Presidente da República		
participe;		
Art. 6º A Secretaria de Governo da Presidência da	II - o inciso V do caput do art. 6º; e	II - o inciso V do caput do art. 6º; e
República tem como estrutura básica:		
V - a Secretaria Especial de Comunicação Social, com		
até 3 (três) Secretarias;		
Seção IV	III - a Seção IV do Capítulo II.	III - a Seção IV do Capítulo II.
Do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e		
Comunicações		
Art. 25. Constituem áreas de competência do		
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e		
Comunicações:		
I - política nacional de telecomunicações;		
II - política nacional de radiodifusão;		
III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;		
IV - políticas nacionais de pesquisa científica e		
tecnológica e de incentivo à inovação;		
V - planejamento, coordenação, supervisão e controle		
das atividades de ciência, tecnologia e inovação;		
VI - política de desenvolvimento de informática e		
automação;		
VII - política nacional de biossegurança;		
VIII - política espacial;		
IX - nolítica nuclear:		

Texto alterado 🔲 Texto revogado 🔼 Texto excluído 🔥 Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

X - controle da exportação de bens e serviços sensíveis;	
e	
XI - articulação com os governos dos Estados, do	
Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade e	
com órgãos do governo federal com vistas ao	
estabelecimento de diretrizes para as políticas	
nacionais de ciência, tecnologia e inovação.	
Art. 26. Integram a estrutura básica do Ministério da	
Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:	
I - o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;	
II - o Conselho Nacional de Informática e Automação;	
III - o Conselho Nacional de Controle de	
Experimentação Animal;	
IV - o Instituto Nacional de Águas;	
V - o Instituto Nacional da Mata Atlântica;	
VI - o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;	
VII - o Instituto Nacional do Semiárido;	
VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;	
IX - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;	
X - o Instituto Nacional de Tecnologia;	
XI - o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e	
Tecnologia;	
XII - o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste;	
XIII - o Centro de Tecnologia da Informação Renato	
Archer;	
XIV - o Centro de Tecnologia Mineral;	
XV - o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;	
XVI - o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de	
Desastres Naturais;	
XVII - o Laboratório Nacional de Computação Científica;	
XVIII - o Laboratório Nacional de Astrofísica;	
XIX - o Museu Paraense Emílio Goeldi;	
XX - o Museu de Astronomia e Ciências Afins;	
XXI - o Observatório Nacional;	

Texto alterado 🔲 Texto revogado 📵 Texto excluído 🔥 Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

XXII - a Comissão de Coordenação das Atividades de		
Meteorologia, Climatologia e Hidrologia;		
XXIII - a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança;		
XXIV - (VETADO); e		
XXV - até 6 (seis) Secretarias.		
	Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua	<b>Art. 11.</b> Esta <mark>Lei</mark> entra em vigor na data de sua publicação.
	publicação.	